



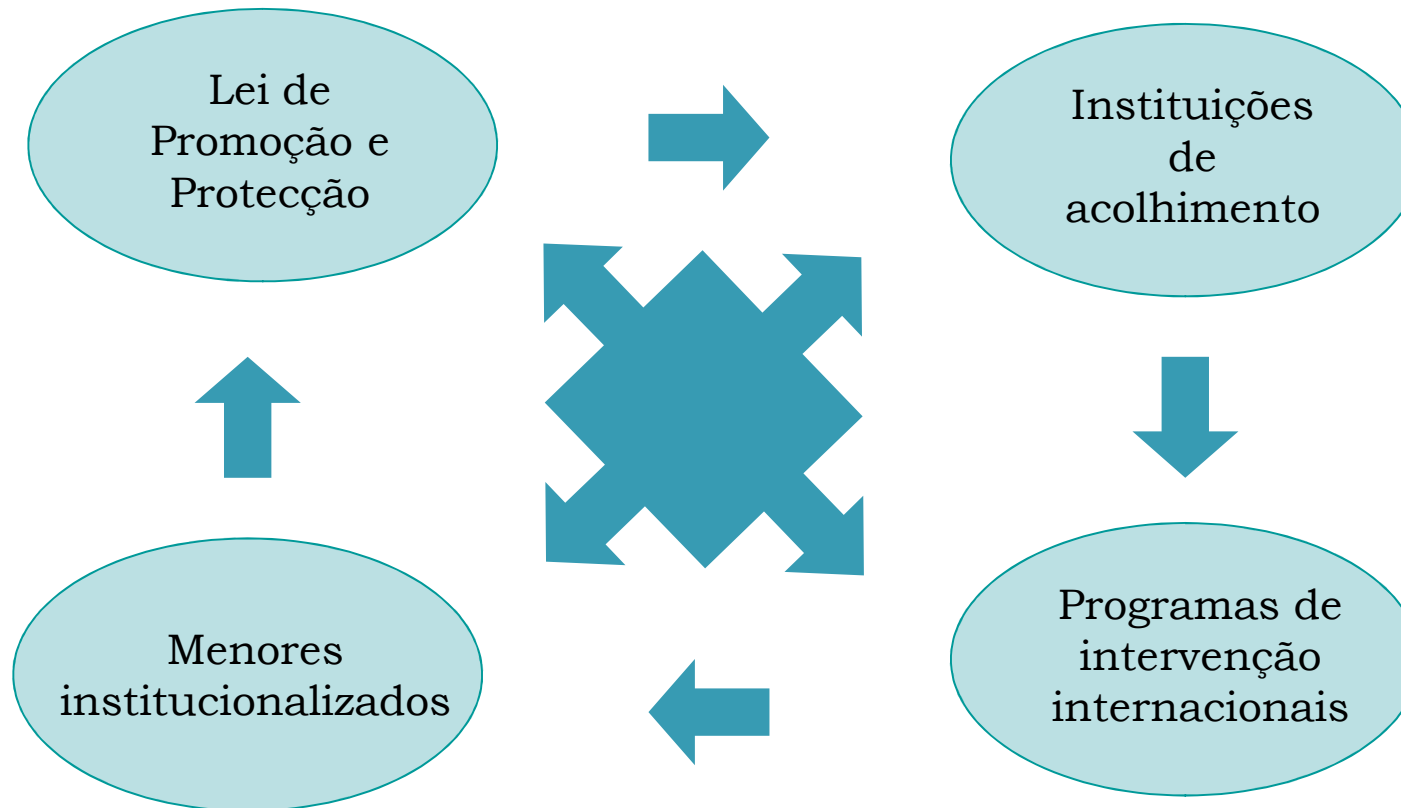
CATÓLICA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Educação e Psicologia

Intervenção em Instituições para Jovens ao Abrigo da Lei de Promoção e Protecção

Gabriela Salgueiro, Raquel Matos & Catarina Ribeiro

Faculdade de Educação e Psicologia
Universidade Católica Portuguesa

Enquadramento teórico



Enquadramento teórico

Reforma 1999

Lei Promoção e Protecção

Lei Tutelar Educativa

Objectivo: promoção dos direitos e protecção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

População:
crianças e jovens
até aos 18 anos.

Medidas:
Acolhimento em
instituição

(Lei 147/99 de 1 de Setembro)

Enquadramento teórico

Menores
institucionalizados



Instituições
de
acolhimento

-População mais velha que no resto da UE:
26,3% dos 13 aos 15 anos (Ministério do
Trabalho e da Solidariedade, 2000);

- 54,5% do sexo feminino (Ministério do
Trabalho e da Solidariedade, 2000);

-Provém de famílias multiproblemáticas
(Martins, 2004);

-Problemas de comportamento (Cóias e
Simões, 2005 cit. in Martins, 2004);

-Ansiedade elevada e baixa tolerância à
frustração (Cóias e Simões, 2005 cit. in Martins,
2004);

-Perturbações no desenvolvimento
relacional e afectivo (Muris & Maas, 2004).

CAT → acolhimento breve (até 6 meses)

Lares → acolhimento prolongado (> 6
meses)



Falta de vagas não permite a distinção
(Delgado, 2006)

- Instituições devem procurar um ambiente
familiar;

- Integrar baixo número de utentes;

-Manter ligações/intervir na família de
origem.

(Ward, 2006; Gomes, 2005)

Metodologia

- **Amostra**

N = 9

8 Lares de Infância e Juventude + 1 Centro Acolhimento Temporário

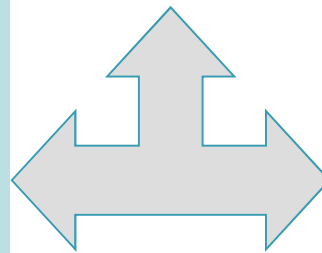
Características das instituições:

4 acolhem meninas

4 acolhem meninos

Vagas: mais de 40

Faixa etária: 6 aos 18/21



Institucionalização devido a:

Negligência

Maus-tratos

Alcoolismo

Toxicodependência

- **Instrumentos**

Questionário de Caracterização de Instituições de Acolhimento (Salgueiro, Matos & Ribeiro, 2008)

Guião de entrevista semi-estruturada -“Intervenção Realizada em Instituição de Acolhimento de Jovens” (Salgueiro, Matos & Ribeiro, 2008)

Resultados

Enquadramento das actividades realizadas

Conhecimentos do técnico ou reuniões de equipa

As actividades são planeadas a partir das reuniões de equipa → “é em reunião de equipa. Resolve-se, fala-se de muita coisa, o que se pode e o que se deve fazer...”

Sustentação em estudos empíricos

Intervenções não têm qualquer base teórica estruturada;
Tentativa de justificação teórica no momento da entrevista;
Caso de destaque.

Resultados

Perspectiva pessoal do técnico fase à intervenção na instituição

Insuficiência vs. Suficiência das intervenções

Reconhecimento de que a intervenção realizada não é suficiente → “Não, é insuficiente, claramente insuficiente.”

Perspectiva global de sucesso

Resultados largamente positivos
Critérios: pouco objectivos e estruturados

Dificuldades sentidas

No trabalho com as famílias
Falta de tempo para intervir
Desgaste físico e psicológico

Mudanças necessárias

Maior abertura ao exterior
Trabalho mais consistente com famílias

Filosofia da instituição

Importância dos afectos e das relações
Instituição como família
Intervenção informal

Resultados

Passagem da LPP
para a LTE

Há risco de alteração da medida → *“Se não houvesse trabalho... sem dúvida, ai sem dúvida que sim, passavam para a LTE. Mesmo trabalhando já há alguns que passam!”*

Delinquência Juvenil

Pertinência das
estratégias de
prevenção

Importância da prevenção é reconhecida;
Estratégias adoptadas são pouco
conceptualizadas, pouco consistentes e
revelam desconhecimento das formas mais
eficazes de prevenção

Discussão de resultados

1. Estratégias de intervenção mais adoptadas

a) Dinâmicas de grupo

- Na literatura encontramos programas de intervenção que adoptam este tipo de estratégia (e.g. Cunningham & Page, 2001; Hooper et al., 2000);
- No entanto, as dinâmicas de grupo são usadas em programas de intervenção mais abrangentes (e.g. Hooper et al., 2000).

b) Prática de desporto

- Mostram bons resultados;
- São adoptados sobretudo devido à sua acessibilidade e facilidade de concretização.

c) Iniciativas relacionadas com a promoção da autonomia

- Consonância com as directrizes nacionais e europeias (Leandro, 2005; Castro & Nguyen-Feichtner, 2004)
- Criação de estratégias para trabalhar este tipo de competências (apartamentos de autonomia, quartos de autonomia e colaboração com estratégias domésticas)

Discussão de resultados

2. Lacunas existentes

a) Definição do enquadramento das estratégias

- Aspecto desvalorizado pelos técnicos;
- Pouco conceptualizada e estruturada ao contrário do que acontece a nível internacional (e.g. Cunningham & Page, 2001; Graham, 2005).

b) Falta de intencionalidade

- Relações técnico-jovem (Chapman, Wall & Barth, 2004; Legault, Anawati & Flynn, 2006);
- Rotinas diárias e “ambiente familiar” como ferramenta terapêutica (Ward, 2006; Gomes, 2005).

c) Prevenção da delinquência juvenil

- Técnicos reconhecem a importância da prevenção (Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, 2004);
- Conversas informais e intervenção individual → estratégias pouco eficazes (Richards & Sullivan, 1996).

d) Avaliação dos resultados da intervenção

- Avaliação antes da implementação da intervenção (Valle, 1992; Valle 1999);
- Falta de instrumentos de avaliação para monitorizar resultados (Leandro, Alvarez, Cordeiro, & Carvalho, 2005)

Discussão de resultados

3. Os aspectos mais positivos

a) Envolvimento na comunidade

- São proporcionadas actividades fora do contexto institucional (Miles & Stepheson, 2001; Leandro et al., 2005);
- Promover a integração e diminuir o estigma (Colton, Drakeford, Roberts, Scholte, Casas & Williams, 1997).

b) Reconhecimento da importância da família

- O contacto com a família é encorajado pois a manutenção laços familiares é importante (e.g. Arteaga & Valle, 2001; Castro & Nguyen-Feichtner, 2004);
- Reconhecimento da importância de intervir na família (Arteaga & Valle, 2001), apesar de esse trabalho não ser realizado.

c) Objectivos orientadores da intervenção

- Contrariamente ao apontado pela literatura, as instituições definem objectivos para a intervenção (Valle, 1999);
- Objectivos definidos estão de acordo com aqueles que, segundo a literatura, devem orientar a intervenção em instituições (Valle, 2001; Castro & Nguyen-Feichtner, 2004).

Conclusão

Grande parte das instituições de acolhimento:

- já reconhece a **necessidade de intervir** na população institucionalizada;
- tem consciência de que o seu trabalho deve ser mais do que **“não causar dano”**.



No entanto, há lacunas em vários domínios.



Uma possível explicação para alguns destes défices pode estar relacionada com a falta de tempo que os técnicos assumem sentir.



O aspecto mais positivo: consciência que os técnicos mostram acerca das falhas do seu trabalho e das mudanças que é necessário implementar.



Consideramos que este posicionamento crítico é essencial para que as mudanças ocorram.

Deste modo, pretendemos que os profissionais da área reavaliem as actividades realizadas nas instituições, à luz das lacunas encontradas neste tudo, e que as conclusões encontradas sejam impulsionadoras de mudança.

Bibliografia

- Arteaga, A. & Valle, J. (2001). Evaluación de la integración social en acogimiento residencial. *Psicothema*, 13, 2: 197-204.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Castro, O. & Nguyen-Feichtner, M. (coords.) (2004). *Quality4Children standars for out-of-home children care in Europe*. Innsbruck: Quality4Children
- Chapman, M., Wall, A., & Barth, R. (2004). Children's voices: The perceptions of children in foster care. *American Journal of Orthopsychiatry*, 74(3) 293-304.
- Colton, M., Drakeford M., Roberts, M., Scholte, Casas, F., & Williams, M. (1997). Child welfare and stigma - principles into pratice. *Childhood*, 4, 265-283.
- Cunningham, P. & Page, T. (2001). A case study of a maltreated thirteen-year-old boy: using attachment theory to inform treatment in a residential program. *Child and adolescent social work journal*, 18, 5: 335-352
- Delgado, P. (2006). *Os direitos da criança – da participação à responsabilidade*. Porto: profedições.
- Fonseca, L., Araújo H. & Magalhães, M. (2000). Interrogando as metodologias qualitativas na sua contribuição para o campo educativo e de estudos sobre as mulheres. [Em linha] Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/publs/artigos/SG2.doc>. [Consultado em 14/05/2008]
- Gomes, M., Moura, D., Guerra, A. & Costa, S. (2005). *Percursos de Vida dos Jovens após a saída dos Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto de Segurança Social

Bibliografia

- Graham, M. (2005). International struggles and strategies in improving caregiving/child relationships in a group care. *Infant Mental Health Journal*, 26, 2: 93-95.
- Leandro, A., Alvarez, D. L., Cordeiro, M. & Carvalho, R. (2005). *Manual de boas práticas – um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto de Segurança Social
- Legault, L., Anawati, M., & Flynn, R. (2006). Factors favoring psychological resilience among fostered young people. *Children and Youth Services Review*, 28, 1024-1038.
- Lei 147/99 de 1 de Setembro
- Martins, P. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco – representações sociais, modos e espaços*. Dissertação de Doutoramento não publicada, Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho
- Miles, G. & Stephenson, F. (2001). *Children at risk guidelines: Children in residential care and alternatives*. Bridgnorth: Fiona Anderson
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000). *Lares de Crianças e Jovens – Caracterização e dinâmicas de funcionamento / Crianças e Jovens que Vivem em Lar*. Lisboa. Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Muris, P. & Maas, A. (2004). Strengths and Difficulties as Correlates of Attachment Style in Institutionalized and Non-Institutionalized Children with Below-Average Intellectual Abilities. *Child Psychiatry and Human Development*, 34, 4, 317-328

Bibliografia

- Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (2004). *Os caminhos difíceis da “nova” justiça tutelar educativa – uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Richards, I. & Sullivan, A. (1996). Psychotherapy for delinquents? *Journal of Adolescence*, 19, 63-73
- Rivard, J., Bloom, S., Abramovitz, R., Pasquale, L., Duncan, M., McCorkle, D. & Gelman, A. (2003). Assessing the implementation and effects of a trauma-focused intervention for youths in residential treatment. *Psychiatric Quarterly*, 74, 2, 137-154
- Rivard, J., McCorkle, D., Duncan, M., Pasquale, L., Bloom, S. & Abramovitz, R. (2004). Implementing a trauma recovery framework for youths in residential treatment. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 21, 5, 529-550
- Silva, M., Fonseca, A., Alcoforado, L., Vilar M. & Vieira, C. (2004). *Crianças e jovens em risco: Da investigação à intervenção*. Coimbra: Almedina/Centro de Psicopedagogia da UC.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In Silva, A. S. & Pinto, J. M. (Eds). *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-127). Lisboa: Afrontamento
- Valle, J. (1992). Evaluacion de programas residenciales de servicios sociales para la infancia – situacion actual y aportaciones de los enfoques ecopsicologicos. *Psicothema*, 4, 2, 532-542
- Valle, J. (1999). Evaluación de programas y calidad de atención en acogimiento residencial infantil. In Vega, F. B. & Alonso, M. A. (Eds.), *HACIA UNA NUEVA CONCEPCIÓN DE LA DISCAPACIDAD: ACTAS DE LAS III JORNADAS CIENTÍFICAS DE INVESTIGACIÓN SOBRE PERSONAS CON DISCAPACIDAD*, pp. 367-380. España: Amarú
- Ward, A. (2006). Models of “ordinary” and “special” daily living: matching residential care to the mental-health needs of looked after children. *Child and Family Social Work*, 11, 336-346